

Tormento e Paixão pelos Caminhos do PAIUB

Francisco de Assis Palharini¹

Resumo: O artigo analisa o desenvolvimento do PAIUB em universidades federais da região sul e sudeste quanto a sua abrangência e configuração, além de avaliar suas repercussões internas e referências conceituais utilizadas para processar a avaliação. Afirma, a partir de entrevistas com os coordenadores do programa, complementadas com consultas a documentos institucionais, que ele orienta-se para formas padronizadas e quantitativas de avaliação, com reduzido grau de repercussão nas estruturas da instituição. Analisa o papel das comissões centrais de avaliação, ressaltando o tormento que vivenciam diante da falta de apoio material e institucional, mas ressalta que a paixão pelo PAIUB faz com que o programa avance. Conclui pela necessidade de uma metodologia mais explícita para a análise e integração dos dados institucionais e sugere outras ações para incrementar o programa.

Palavras-chaves: PAIUB, Avaliação Institucional, Avaliação

Abstract The article analyses the development of PAIUB in eleven Public Brazilian Universities in the south and southeast regions, referring to its institutional involvement, configuration that it assumes, its internal repercussion and referencial concepts. The information, which was got through interviews with the program coordinators and available documents, we us conclude that it is configured as oriented to pattern and quantitative shapes of evaluation and reduced repercussion grade in the institutional structures. It also comes to the conclusion that, considering the reports, a more explicit analytic and integrated methodology of the data is required. It considers que the central commissions of evaluation are through a difficult phase, due to the lack of the support of the university rectors, who think that it is a MEC strategy and also to the program emptiness towards the official evaluation methodology. But the belief in the PAIUB potential, and the passion they have for it, makes its way to its construction.

Key words: PAIUB, Institutional Evaluation, Evaluation

O objetivo deste artigo é contribuir para a avaliação do PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, a partir de pesquisa conduzida em universidades federais da região sul e sudeste, visando a encontrar evidências de que seus objetivos estão sendo atingidos. Sua realização é decorrente da necessidade de se buscar subsídios que possibilitem uma reflexão sobre as condições em que o Programa se processa.

A expressiva participação inicial das IFES, por ocasião do primeiro Edital, bem como, o fato de terem decorrido aproximadamente cinco anos de existência do Programa, à época da coleta de dados, estimularam a condução da pesquisa, pois consideramos estarem presentes as condições necessárias para compreender mais plenamente as formas pelas quais o PAIUB estava implementando-se. Além disso, despertava a nosso interesse compreender as formas que assumia sua implementação. Isto é, quais os procedimentos avaliativos mais comumente utilizados? Como sua institucionalização vinha acontecendo? Qual a abrangência institucional do

processo que ele havia desencadeado? Quais as consequências da avaliação promovida para o aprimoramento global da instituição? E, que referências estavam sendo usadas para avaliar a inserção da Universidade no contexto da sociedade?

O PAIUB, criado em 1993, é, atualmente coordenado pela SESu/MEC, destinado a estimular e fomentar um processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras. Originalmente proposto pela ANDIFES, ele constituiu-se numa atitude antecipatória ao Estado (Leite e Bordas, 1994; Leite, 1997), por parte das universidades brasileiras, no campo da avaliação, ao propor a implementação de um projeto próprio de avaliação institucional.

O contexto político no qual o PAIUB emergiu, em 1993, está ancorado no relatório do Banco Mundial apresentado ao governo brasileiro em fevereiro de 1991. Entre as principais recomendações deste relatório, destacava-se a proposição de que o Conselho Federal de Educação deveria tornar-se uma agência de efetivo controle do crescimento do ensino superior, assumindo novas tarefas, inclusive a de alocação de recursos para as IFES e a elaboração de normas visando a aumentar a efetividade e a responsabilidade destas instituições.

Assim, com a substituição do Ministro Chiarelli (03/90 a 08/91), no governo Collor, por José Goldemberg

¹ Professor do Departamento de Psicologia e Coordenador da Comissão Permanente de Avaliação Institucional da UFF - CPAIUFF. Membro do Comitê Assessor do PAIUB/MEC/SESu. E-mail palharin@nitnet.com.br

(08/91 a 08/92), e a acolhida, por parte do governo federal, de seu respectivo projeto de autonomia, a avaliação, ao qual estava associada, assume um significado preocupante para a comunidade universitária. Isto porque o então ministro, quando reitor da USP, decidiu publicar na grande imprensa uma lista de professores improdutivos da USP. Esta lista, além dos inúmeros erros nela contidos, caracterizava-se por desconhecer a dinâmica da produção universitária nas suas mais diferentes áreas. Entretanto, com o *impeachment* do Presidente Collor (1992), assume a gestão do MEC o professor Murílio Hingel (10/92 a 01/95), provocando relaxamento nas relações entre este órgão e a comunidade universitária, na medida em que a autonomia deixa de ser diretriz para a questão da avaliação.

Os anos de 1993 e 1994 podem também ser caracterizados pelo fato de a candidatura do Partido dos Trabalhadores a presidência da república, a ocorrer no final de 1994, colocar-se como uma alternativa concreta na disputa eleitoral a ser travada e, também pelo fato de nas universidades haver um número expressivo de reitores eleitos diretamente em suas comunidades acadêmicas. Nesta conjuntura política e institucional é que a ANDIFES reconheceu, em 1993, o momento histórico de deflagração da avaliação das IFES, num patamar de participação e autonomia.

Conjugando e coordenando esforços, interesses e demandas dos Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e de Planejamento, o texto elaborado pela Comissão de Avaliação da ANDIFES, entre julho e outubro de 1993, aprovado por unanimidade pelos dirigentes das IFES é enviado às instituições para discussão e aperfeiçoamentos. Ele vem a tornar-se, na sua forma final, o projeto de referência para a avaliação institucional das universidades federais (ANDIFES, 1993), com ênfase na graduação.

Esta proposta é, então, apresentada aos diferentes segmentos do ensino superior brasileiro e ao MEC, a partir do que é constituída a Comissão Nacional de Avaliação. Nela estavam representados a SESu/MEC, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais, a Associação Nacional de Universidades Particulares, a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, o Fórum dos Pró-Reitores de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão e Planejamento, além de uma equipe assessora.

O MEC, cabe ressaltar, contava, inclusive, entre seus componentes com quadros oriundos do movimento docente, que emprestaram apoio decisivo à proposta. Assim, em dezembro de 1993, o PAIUB é instituído oficialmente, através de um documento publicado pela

Coordenadoria Geral de Análise e Avaliação Institucional, da SESU. O MEC passa, pela relação de confiança que se estabeleceu, a exercer o papel de articulador, de viabilizador e, por fim, de financiador do Programa. No mesmo mês em que o PAIUB é instituído oficialmente, um primeiro edital é publicado e encaminhado às universidades convidando-as a participarem do programa, através de projetos a serem financiados pela SESu e ao qual um grande número de instituições respondeu.

O programa aprovado se caracterizava por possuir dotação financeira própria e livre adesão das universidades, através de concorrência de projetos e princípios de avaliação coerentes com a posição emancipatória e participativa. Sua estrutura central preconiza três fases consideradas fundamentais, a avaliação interna ou auto-avaliação da universidade por seus segmentos constitutivos; externa, por especialistas das áreas de conhecimento e/ou representantes da comunidade externa; e reavaliação, que reúne e discute os resultados das fases anteriores, estabelecendo ações para a melhoria da qualidade dos cursos e o aperfeiçoamento do seu projeto pedagógico; com duração média de dois anos.

No documento que o institui oficialmente, reconhecem-se a especificidade e o caráter histórico da instituição Universidade, como "*instituição que produz e dissemina o saber voltado para a busca das verdades científicas*", e ressaltam-se suas funções sociais, isto é, "que o saber produzido e disseminado, também se dirige a atender às necessidades básicas da sociedade". Em função desta concepção propõe a avaliação como um contraponto da proposta institucional desenvolvida pela instituição, visando a atender uma tríplice exigência da universidade contemporânea: a) o aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica; b) a melhoria do planejamento e da gestão universitária; c) a prestação de contas à sociedade que as mantém (ANDIFES, 1993:4).

Apresentando-se como uma avaliação institucional, o PAIUB parte do pressuposto de que o sentido da avaliação está direcionado pelo contraponto entre o pretendido e o realizado pela instituição universitária. Assim, a avaliação, segundo seus proponentes, significaria: "*acompanhar metodicamente as ações a fim de verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas*". Ele busca ultrapassar os modelos que se orientam por diretrizes técnicas e padronizada, que expressam mais uma preocupação com as funções práticas da universidade.

A avaliação proposta é institucional na medida em que, tanto de um modo global como de um modo específico, procura levar em consideração, na universidade, os diversos aspectos indissociáveis das suas múltiplas

tiplas atividades—fim e das atividades-meio, necessárias à sua realização. Considera cada uma das dimensões — ensino, produção acadêmica, extensão e gestão — em suas interações, interfaces e interdisciplinaridades. Conseqüentemente, busca proceder a uma análise simultânea do conjunto de dimensões relevantes ou hierarquizar cronologicamente o tratamento de cada uma delas, a partir de prioridades definidas no âmbito da instituição e dos recursos disponíveis (PAIUB, 1993:5,6).

No seu primeiro ciclo avaliativo o PAIUB tinha como objetivo o ensino de graduação, uma vez que a pós-graduação já era sistematicamente avaliada pela CAPES; e a pesquisa, tanto pelo CNPq quanto por agências de fomento. O controle do processo pertence a cada instituição aderente, cujo projeto tenha sido aprovado pelos pares indicados pela Comissão Nacional de Avaliação. A supervisão do Programa coube a SESU/MEC, que repassou os recursos, e as universidades tendo de prestar contas, através de relatórios das ações desenvolvidas e dos gastos realizados.

A avaliação da graduação, no entanto, seria focalizada na sua relação com a pesquisa, pós-graduação, extensão e gestão acadêmica. Em cada curso ter-se-ia a perspectiva do exame qualitativo das relações com o corpo docente, discente e técnico-administrativo, o currículo, as instalações físicas, os laboratórios, bibliotecas e as relações de cada curso com a comunidade externa e o mercado profissional.

Para fins de sua realização, o PAIUB assenta-se sobre três princípios básicos: a aceitação ou conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos; o reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados; o envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na sua execução e na implementação de medidas para a melhoria do desempenho individual (PAIUB, 1993:4,5). Desses princípios derivam-se as características principais do programa: o caráter institucional, a globalidade, participação dos diferentes segmentos que compõem a universidade, a avaliação interna, externa e reavaliação, a continuidade, a sistematização e a legitimidade política e técnica do processo.

Os documentos constitutivos do Programa destacam a preocupação com o que chamam de “*compromisso institucional*”, considerado como condição para aprovação das propostas. Pressupõe-se, em função desse compromisso, a necessidade de que o projeto seja adequadamente discutido e apreciado no âmbito da institui-

ção proponente, o que é uma forma de garantir sua legitimidade. Esta fase é também conhecida como sensibilização, a qual visa a minimizar resistências existentes. Portanto, ao adotar a concepção de um processo de avaliação institucional, conforme esboçado anteriormente, o programa assume o seguinte objetivo geral:

“A avaliação de desempenho das Universidades é uma forma de rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais

da universidade, traduzida em compromissos científicos e sociais, assegura a qualidade e a importância dos seus produtos e sua legitimação junto à sociedade” (PAIUB, 1993:5)

Como objetivos específicos, o programa assume que deve:

- a) Impulsionar um processo criativo de autocrítica da instituição, como evidência da vontade política de auto-avaliar-se para garantir a qualidade da ação universitária, para prestar contas à sociedade da consonância dessa ação com as demandas científicas e sociais da atualidade.
- b) Conhecer, numa atitude diagnóstica, como se realizam e se inter-relacionam na Universidade as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração.
- c) (RE) estabelecer compromissos com a sociedade, explicitando as diretrizes de um projeto pedagógico e os fundamentos de um programa sistemático e participativo de avaliação, que permita o constante reordenamento, consolidação e/ou reformulação das ações da Universidade, mediante diferentes formas de divulgação dos resultados da avaliação e das ações dela decorrentes.
- d) Repensar objetivos, modos de atuação e resultados na perspectiva de uma Universidade mais consentânea com o momento histórico em que se insere, capaz de responder às modificações estruturais da sociedade brasileira.
- e) Estudar, propor e implementar mudanças das atividades do ensino, pesquisa e extensão e da gestão, contribuindo para a formulação de projetos pedagógicos e institucionais socialmente legitimados e relevantes”.

Ao destacar a educação como um bem público, cujos resultados atingem toda a sociedade, o PAIUB in-

A avaliação proposta leva em consideração os diversos aspectos indissociáveis das múltiplas atividades-fim e atividades-meio.

siste na necessidade da busca da qualidade universitária, situando a avaliação como um processo decisivo para que a instituição seja melhorada como um todo. Acentua, assim, a necessidade de serem repensados “*objetivos, modos de atuação e resultados de suas atividades*”. Para sua consecução, enfatiza a necessidade de que a avaliação institucional implique tanto em dimensões quantitativas como qualitativas, inclusive naquelas vinculadas diretamente ao projeto acadêmico. Estimula, deste modo, a manifestação de diferentes visões e o pluralismo que deve caracterizar as instituições universitárias.

O processo, preconiza o documento, deve buscar a integração com outros esforços já existentes na instituição, relacionados à avaliação, bem como deve ser contínuo e sistemático. Esse conjunto de procedimentos é que garantiria legitimidade ao processo e à sua implementação. Reconhece, também, a importância de uma outra legitimidade, de caráter técnico, que seria fundamentada na busca e/ou construção de indicadores, que possibilitariam modelos analíticos e interpretativos apropriados aos objetivos do processo em questão, bem como na fidedignidade das informações.

Com relação a essa dimensão técnica, o documento ressalta, ainda, o fato de não se dispor de um conjunto de informações institucionais e nem de estatísticas confiáveis. Isto estaria prejudicando a construção de indicadores para a análise do sistema universitário, como é o caso, por exemplo, de questões referentes à *área construída, produção acadêmica, custo por aluno e a definição de aluno*. Por conseqüência recomenda, no seu Anexo I, que:

“A primeira providência a ser tomada para a construção de uma boa base de dados é a de obter informações sobre as principais variáveis relativas ao ensino superior, constituindo um núcleo de dados relevantes produzidos pelas universidades a partir de critérios comuns pré-definidos.”

Do mesmo modo são estimulados a ampliação, o detalhamento e os modos de tratamento e análise de tais informações, de forma a permitir informações qualitativamente mais consistentes. Dado a complexidade de se empreender a avaliação da instituição, em função do tempo exigido para realizá-la e do volume de esforços para levá-la a cabo, da necessidade de metodologias adequadas para abordar os mais diferentes aspectos, o Programa preconizava o desenvolvimento de uma metodologia global, que poderia iniciar-se através da ênfase na área do ensino de graduação. Seus proponentes propuseram-se, assim, romper o círculo vicioso no qual a discussão sobre a avaliação tende a se colocar.

Afirmaram, então, que o programa poderia gradativamente conquistar graus crescentes de profundidade nas demais dimensões das atividades-fim da instituição, bem como com relação à gestão universitária. Essa ênfase na avaliação do ensino de graduação, como ponto de partida, seria decorrente da possibilidade de uma maior abrangência do universo da instituição, de seus grandes efeitos multiplicadores e dos desdobramentos na sociedade. O pressuposto é que qualquer identificação e resolução de problemas nesta área teriam impacto imediato na instituição e, por conseqüência, na sociedade. Além disso, estar-se-ia a promover ações que atendessem à necessidade de constituição de uma cultura institucional participativa da avaliação.

A metodologia para a avaliação da graduação enfoca pelo menos quatro grandes dimensões e grupos de variáveis, as quais vão desde as condições técnicas, infra-estrutura e recursos humanos até as características do perfil profissional obtido no curso, passando por aspectos pedagógicos e pelo envolvimento do aluno nas atividades de extensão, pesquisa e culturais. A avaliação interna consistiria na avaliação de cursos, de disciplinas, do desempenho do docente, do estudante e do técnico-administrativo, além da avaliação da gestão universitária. Preconiza, ainda a avaliação externa, bem como estudos sobre egressos.

No anexo I, do Programa, traz um conjunto amplo de indicadores que envolvem a figura do aluno, o acervo bibliográfico da instituição, área construída, volume de recursos alocados, entre outros. No Anexo II, apresenta-se um outro conjunto, o de “*indicadores institucionais de avaliação*”, os quais se referem a inúmeras dimensões do dia-a-dia da instituição, além daqueles relativos ao ensino de graduação.

Em função de ter sido proposto como um programa, o PAIUB não recomenda uma forma de análise das relações entre o conjunto de dados e de dimensões avaliadas. Isso ficaria a cargo da iniciativa e criatividade de cada uma das instituições. Estas disporiam de plena liberdade para introduzir, aperfeiçoar e ampliar os processos de avaliação. Podem inclusive propor novas formas de avaliação institucional. O núcleo central da proposta estabelece que a avaliação seja um processo descentralizado, participativo, aberto, criativo, voltado para uma reflexão crítica e para a redefinição de grandes objetivos acadêmicos e institucionais, que contemple informações quantitativas e qualitativas, sem caráter punitivo ou de premiação. E ainda, que promova a melhoria contínua da qualidade, que esteja relacionado ao processo de planejamento da instituição, que seja permanente e abranja as questões de ordem administrativa e de gestão da Universidade.

Mesmo considerando a existência de sensíveis dificuldades para investigar as repercussões do PAIUB, dada a necessidade de tempo para maturar propostas de superação da realidade detectada, nos pareceu pertinente investigar as repercussões nos aspectos mais diretamente relacionados aos objetivos do Programa. Trata-se de abordar a questão, a partir das etapas que o programa propõe, considerando suas implicações no projeto pedagógico de curso ou institucional, no planejamento institucional e os referenciais conceituais utilizados para processar a avaliação.

Sant'anna e Veras (1997) procuraram responder a algumas destas questões, e também, traçar um perfil dos caminhos percorridos pelo PAIUB. Mas os dados de que dispunham se referiam ao período do edital inicial até o início de 1996, quando as experiências de avaliação externa nas universidades estavam se iniciando. Este estudo forneceu um perfil significativo dos projetos que integravam o programa na sua totalidade, daquela época. As autoras ressaltaram o fato de os dados terem sido coletados "*através dos projetos aprovados e dos relatórios parciais das instituições, já que os relatórios finais ainda não haviam sido encaminhados à SESU no momento da coleta dos dados, o que pode representar uma limitação nas informações*". Em decorrência, ponderavam não ter sido possível investigar, de modo consistente, a repercussão da avaliação institucional em cada uma das instituições, embora assinalassem que algumas IES apontavam mudanças concretas, definidas e desencadeadas a partir da avaliação.

Outro estudo, conduzido por Trigueiro (1998), objetivava formar um quadro global sobre o desenvolvimento do PAIUB, enfatizando particularidades, no tocante ao tipo de instituição universitária (pública, privada, confessionnal, comunitária), além de ressaltar os aspectos problemáticos ou bem sucedidos, relativos à avaliação institucional. Trigueiro destacou, como principais conclusões, uma série de limitações do próprio programa e de sua evolução, bem como a inexistência de indicações de que os objetivos daquele programa estivessem sendo atingidos.

Considerando o momento em que tais pesquisas foram realizadas não permitia avaliar as repercussões e o efetivo desdobramento do processo, bem como, que a diversidade de instituições contidas nas amostras, nos remetia a uma configuração muito geral, resolvemos desenhar esta pesquisa. Nossa hipótese guia consistia em considerar que um quadro mais nítido, sobre o potencial de evolução do PAIUB, seria dado se nos propuséssemos a estudá-lo naquelas instituições comprometidas originalmente com a formulação dessa proposta de avaliação e que já tivessem, pelo menos, iniciado a avaliação externa.

Metodologia

Para a consecução dos nossos propósitos, adotamos como metodologia a análise de informações obtidas, a respeito da implementação do PAIUB, através de entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores locais combinadas com consultas aos documentos institucionais sobre questões relacionadas.

Optamos inicialmente por circunscrever a amostra das instituições às universidades federais, que já teriam, segundo a Coordenadoria de Avaliação da SESU, efetivamente iniciado o processo de Avaliação Externa². Acreditávamos que tal opção nos garantiria maior homogeneidade amostral e possibilitaria investigar o programa onde atingiu maior plenitude de realização. No entanto, a falta de confiança nas informações obtidas através da SESU, a respeito das instituições que comporiam a amostra e limitações de ordem financeira, levaram-nos a circunscrever a amostra a onze, das dezessete universidades federais estabelecidas. Deste modo, a amostra ficou restrita às universidades federais da região sul e sudeste (UFRGS, UFV, UFSCar, UFPM, UFRJ, UFF, UFMG, UFPEL, UFSM, UFPR, UFSC).

Utilizamos, para efeitos de coleta e tratamento de dados, três grupos de variáveis que denominamos de descritivas, de processo e as de repercussão. Por variáveis descritivas compreendemos as que descrevem a instituição nos aspectos relacionados ao processo de avaliação: origem da iniciativa do projeto (considerando características intrínsecas e extrínsecas da motivação; papel representado pelos conselhos superiores e formas de resistência ao processo, manifestadas durante sua implementação); evolução do processo; formatação e estabilidade da comissão; a presença ou não de plano de metas e/ou de projeto pedagógico; unidades e cursos envolvidos.

As variáveis de processo são as propostas por Sant'anna e Veras (1997), que tomam como referência os princípios e características do programa, tais como: proposição de novos indicadores, diagnóstico, avaliação interna e externa, avaliação da graduação, dos departamentos, disciplinas, currículos, cursos de pós-gra-

2 Em junho de 1998 realizamos consultas aos arquivos da secretaria do PAIUB, na SESU, a fim de colher os dados que permitiriam definir a amostra segundo o critério estabelecido: universidades federais que já tivessem iniciado a avaliação externa, em pelo menos um curso. Verificamos além das condições precárias dos arquivos, a inexistência de um acompanhamento sistemático sobre a evolução do programa. Na medida em que a consulta aos relatórios nem sempre fornecia as informações que desejávamos e por não vislumbrar como obtê-la de modo confiável, adotamos como referência uma lista existente, em poder da Coordenadoria, que continha os valores financeiros atribuídos a cada IFES, por edital, bem como anotações manuscritas sobre a etapa em que cada uma estava.

duação, pesquisa, extensão, gestão, reavaliação, divulgação; e outras diretamente relacionadas, tais como: lugar de aprovação do projeto; existência de políticas de incentivo; continuidade do programa de sensibilização, forma de publicização dos resultados, participação da sociedade civil, de alunos e de técnico-administrativos.

Por fim, as que denominamos de repercussão e que informam sobre impactos e desdobramentos do processo de avaliação na instituição. Trata-se das que indicam a existência de reformulações institucionais setoriais e/ou gerais, que promovem explicações das relações internas e externas da instituição, se está sendo reformulado ou construído o plano de metas, seu projeto pedagógico, se produz diagnóstico setorial e/ou geral, bem como, a natureza das repercussões.

A fim de abordar a configuração destas três variáveis, construímos um instrumento de coleta de dados (ICD) com 176 questões relacionadas ao processo de avaliação na instituição. As informações colhidas, com os coordenadores locais do programa, foram complementadas com consultas a documentos institucionais, como: relatórios gerais ou setoriais, projetos e publicações diversas. Cada uma das instituições foi pessoalmente visitada por nós.

Iniciávamos as entrevistas expondo os propósitos da pesquisa e o porquê da inclusão da instituição. Resaltávamos que nosso objetivo consistia em colher dados que permitissem compreender a evolução do PAIUB e não avaliar o desempenho daquela universidade no tocante ao programa. Assumíamos o compromisso de, uma vez transcrita a entrevista, com sua correspondente complementação através das informações obtidas através dos documentos institucionais, remetê-las, via *e-mail* ao entrevistado, para modificação e/ou complementação.

As entrevistas começavam com os itens relacionados às Proposições do Projeto Inicial (variáveis descritivas). Informava-se ao entrevistado que havíamos obtido algumas informações prévias, a partir do projeto, a respeito dessas questões, mas que considerávamos importante checá-las, de modo a assegurar a forma de compreensão do projeto por parte da instituição. Na seqüência, destacávamos o histórico do processo na instituição e a importância dele ser compreendido através de dois momentos: o **momento 1**, relacionado à evolução da discussão e implementação da avaliação antes do projeto original do PAIUB e o **momento 2**, referenciado a partir do primeiro edital. À medida que os demais itens eram abordados, procurávamos esclarecer seu significado para a instituição, confrontar diferentes respostas dadas, bem como, solicitar documentos institucionais relacionados à avaliação em curso, que nos permitissem aprofundar a compreensão da resposta.

Análise dos Resultados

Antes de nos ocuparmos com a configuração e o padrão predominante do programa, cabe alguma consideração a respeito dos procedimentos metodológicos utilizados. Em primeiro lugar, ressaltamos o fato de a pesquisa ser conduzida em apenas onze das cinquenta e duas IFES. Acrescente-se o fato de, na região alvo, existirem dezoito universidades, tendo-se, assim, sete instituições fora deste conjunto. Tais características da amostra limitam as possibilidades de generalização, que comumente ocorrem em estudos desta natureza. Ressalta-se, no entanto, o fato de a amostra ser composta com várias instituições reconhecidas como importantes no conjunto das IFES e das universidades brasileiras.

As entrevistas realizadas contaram com a presença do coordenador e/ou de toda a comissão. Em apenas dois casos não foi possível contatar o respectivo coordenador, em virtude do afastamento da comissão que conduziu os trabalhos iniciais e de que a nova comissão ainda não tinha sido constituída ou, então, era muito recente. Em um caso, a coleta de dados foi efetuada com a secretária da Comissão, indicada por conhecer em detalhes o processo, e no outro por um dos remanescentes da comissão. Vale sublinhar que os entrevistados manifestaram sempre um desejo muito grande de colaborar para o sucesso da pesquisa e para a melhoria do PAIUB, aos quais mais uma vez agradecemos.

Com relação à amostra cabe sublinhar o fato de não ter sido atendido o critério inicialmente estabelecido. Na verdade, a maioria das universidades sequer havia iniciado a avaliação interna. A Coordenadoria de Avaliação, da SESU, colhia informações sobre o andamento do programa em cada instituição, tanto através dos relatórios, quanto de informações verbais obtidas em Encontros Regionais e *workshops* do PAIUB, nos quais, muitas vezes, manifestam-se intenções ou previsões, que nem sempre se cumprem. Acrescente-se o fato de os relatórios serem bastante diversificados quanto à sua forma e conteúdo, dificultando a sistematização do acompanhamento realizado através dos relatórios, além de ser bastante precário o tratamento dado a este material³. Muito embora os projetos e relatórios fossem adequados e detalhadamente analisados por membros do Comitê Assessor, não deixa de ser sintomático a ausência de uma sistematização no acompanhamento, controle e evolução do programa, bem como, no tratamento dado aos projetos e relatórios. Estas observações evidenciam, no mínimo, um desinteresse muito grande, por

3 Estamos nos referindo ao armazenamento e disponibilização dos projetos e relatórios apresentados. Estes eram, até o momento da coleta, colocados em caixas de papelão com a identificação correspondente, mas tal procedimento também era recente.

parte do MEC, em relação ao modo pelo qual o PAIUB vinha evoluindo. Com efeito, esse desinteresse já vinha se manifestando há alguns anos, conforme podemos verificar através do conjunto de medidas oficiais implementadas que tendem a esvaziá-lo, como é o caso do Provão e/ou das Comissões de Especialistas.

É possível que a continuidade do apoio ao PAIUB, em termos financeiros e institucionais, tenha assumido, inclusive na gestão ministerial que se sucedeu a sua institucionalidade, razões de ordem tática. Afinal, as universidades estavam construindo bases de dados institucionais abordando as mais diferentes dimensões, além do fato de os indicadores utilizados serem sistematizados de forma homogênea. Além do mais, não ofereceram resistências à coleta dessas informações, muito pelo contrário, estimularam-na. Assim, independentemente de outros resultados que possa vir a apresentar, ele representou, para o MEC, um poderoso instrumento de sensibilização dos professores e mesmo das instituições. Tudo em nome da legitimidade de que o PAIUB dispõe, na medida em que as universidades participaram de sua proposição.

No que tange à motivação para a implementação da Avaliação, verificamos que, na sua grande maioria, o processo originou-se, segundo os entrevistados, muito antes do primeiro edital desse programa. Isso ocorrendo tanto por iniciativa das Reitorias, como por iniciativa de cursos ou departamentos, de forma isolada e assistemática. Na verdade, o processo de avaliação já vinha se configurando, embora de modo não institucionalizado, tanto que algumas das instituições tiveram papel importante por ocasião das discussões que culminaram com a apresentação do programa pela ANDIFES. Independentemente dessa motivação intrínseca, há que se considerar a forte pressão política para a avaliação naquele período e o fato de a proposta ser originária da ANDIFES.

Estes fatores, sem dúvida, agiram como poderosos indutores à participação e foram consideravelmente reforçados na medida em que o MEC, ao acolher a proposta, abriu a possibilidade de prover recursos para financiá-la. Na verdade a grande maioria das instituições, segundo os entrevistados, viu neste financiamento um forte motivo para iniciar o processo proposto pelo PAIUB, dado inclusive à carência de recursos com que se defrontavam.

O papel do reitor é destacado, nas entrevistas, como sendo fundamental para a apresentação da proposta por ocasião da adesão ao PAIUB, através do pri-

meiro edital. Contudo, de acordo com os depoimentos, os reitores, na sua maioria, não adotaram medidas mais concretas para a implementação do programa, isto é, pouco foi feito por eles a fim de garantir, efetivamente, apoio material e de implementar de fato o processo de avaliação. O apoio, segundo os entrevistados, tendeu a

ficar mais no nível discursivo e político. As gestões posteriores é que, de fato, implementaram o processo. Isso ocorreu mesmo em instituições que tiveram um papel relevante na formulação do programa.

Diante do exposto anteriormente, cabem algumas indagações que não podem ser respondidas com os dados disponíveis. Estavam os reitores, de fato, convencidos de ser esse caminho uma alternativa concreta? Se estavam, por que não o apoiaram de modo mais decisivo, inclusive materialmente? Afinal, as universidades envolvidas comprometeram-se com uma contrapartida financeira de pelo menos um terço do financiamento recebido. Cabe, também, destacar o fato de ser esperado o envolvimento dos conselhos superiores (Conselho Universitário e Conselho de Ensino e Pesquisa), uma vez a avaliação proposta assumir um caráter institucional. Entretanto, verificamos, pelos relatos, que o papel desempenhado por estas instâncias não teve importância significativa no desencadeamento do processo. A exigüidade de tempo para a construção do projeto sem dúvida dificultou sua adequada tramitação nestes fóruns, mas, cabe também perguntar: por que mesmo depois de encaminhado o projeto, ele não foi mais alvo de interesse?

Quando o entrevistado não fazia menção às formas de resistência ao processo, indagávamos diretamente sobre o tema, inclusive destacando nosso interesse pelas posições que o sindicato assumia, ou os conselhos e departamentos. As respostas são unânimes ao declarar não ter ocorrido resistência organizada, nem qualquer outra forma de resistência significativa do ponto de vista institucional. Segundo os depoimentos, as “resistências” que se manifestaram assumiram a forma de: “o sindicato não indicar membro para a comissão”; “o medo de ser avaliado”; “preocupação com a utilização dos resultados”; “crítica ao fato de a avaliação depender da opinião dos alunos”; “crítica ao fato de não se conhecer os resultados”; “crítica política à forma do processo”; “confronto da proposta com o projeto pedagógico institucional”; “preocupação com a questão da alocação interna dos recursos”; “não apresentar propostas de comissão local”.

Essas respostas indicam falta de confiabilidade nas intenções da avaliação, na comissão e a percepção

O PAIUB destaca a educação como bem público cujos resultados atingem toda a sociedade.

de que o processo não atende ao que se propõe. Tudo indica que tais atitudes tenham suas raízes no temor à avaliação que se disseminou em função da divulgação de lista de improdutivos da USP (Trindade, 1996), mas os entrevistados assinalam não caracterizarem um obstáculo consistente para a implementação do programa.

Os projetos, em sua grande maioria, foram formulados no ano em que o PAIUB foi aprovado (1993), ou então, no período em que o primeiro edital de adesão foi publicado (1994). Alguns destes receberam restrições pelo Comitê Assessor, mas,

curiosamente, verificamos que aquelas instituições que receberam tais restrições evoluíram significativamente na sua implementação e abrangência, quando comparadas às demais. É possível que, tendo em vista essas restrições, tenham recomposto internamente o programa, de modo a dar-lhe condições de funcionamento e maior consistência.

Esses projetos foram submetidos à apreciação em instâncias superiores da instituição, especialmente nos Conselhos de Ensino e Pesquisa. Porém, o número de vezes em que relatórios foram apresentados aos conselhos superiores, ou que neles ocorreu discussões a respeito do processo, é inexpressivo, quando comparado com o tempo de duração do projeto na instituição. Destaca-se que, em pelo menos quatro instituições, o número de vezes em que o processo foi discutido nas instâncias superiores é igual a zero.

Quando aconteceu alguma discussão verifica-se que ela foi decorrente da necessidade de recompor a comissão, desta ter solicitado espaço para entrega de relatórios e apresentação de dados, ou ainda, pelo fato de o presidente da comissão ser integrante do Conselho e, portanto, naturalmente levar algumas informações sobre o andamento das atividades de avaliação. Esta ausência de discussão pode ser decorrente da dificuldade de comunicação entre a comissão de avaliação e aquelas instâncias. Contudo, mesmo nas instituições em que membros dos respectivos Conselhos compõem a comissão a "ausência de comunicação" também ocorreu.

O cumprimento da exigência de que as Comissões fossem independentes da estrutura burocrática e aprovada por uma instância superior, estabelecida a partir da Convocação n.º 2/96 da Comissão Nacional de Avaliação, somente foi observada em sete instituições. Entretanto, destas sete, seis são vinculadas a uma Pró-Reitoria.

Em algumas universidades observa-se uma tendência à divisão do trabalho de avaliação entre pró-reitorias, isto é, a de Graduação fica responsável pela avaliação da graduação e a Proplan pela institucional, mas,

geralmente, esta última limitava-se a consolidar alguns dados estatísticos de ordem geral. A atividade de planejamento, segundo os entrevistados, não considerou, para efeitos de formulação do planejamento os resultados apresentados pelas comissões de avaliação da graduação.

Quanto ao tamanho

e características dos membros que compõe as comissões, verifica-se que na média conta com seis professores. A participação discente não é uma característica predominante e o mesmo pode-se dizer com relação à participação dos técnico-administrativos. Os técnico-administrativos quando a integram são, na sua maioria, por razões relacionadas aos conhecimentos técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos. As comissões são constituídas de forma bastante variada, mesmo no que se refere à indicação do coordenador. Na sua maioria são membros escolhidos ou pelo reitor ou pelo pró-reitor de graduação ou, então, são compostas por membros do Conselho de Ensino e Pesquisa (pró-reitores ou representantes docentes). Os técnicos administrativos são indicados pelo reitor ou pelo respectivo sindicato local (um caso) Com relação aos alunos, verifica-se tendência à indicação pelo DCE.

Verifica-se, ainda, uma grande variabilidade com relação ao perfil acadêmico, seja dos coordenadores, seja dos demais membros professores. A titulação do coordenador está distribuída equilibradamente entre mestres e doutores, havendo apenas um com titulação de especialista. Com relação aos demais, verifica-se uma prevalência significativa de doutores. Os afastamentos de membros da comissão, quando aconteceram, deram-se por força de aposentadorias, por assumirem outros compromissos acadêmicos, normalmente cargos de coordenação, ou, ainda, por sobrecarga de trabalho, em função de possuírem outras atribuições administrativas na universidade.

Do ponto de vista das variáveis de processo, verifica-se que os procedimentos adotados estão, diretamente relacionados ao proposto pelo PAIUB. As diferenças relatadas residem na adição de novas perspectivas ou na não implementação do programa de sensibilização. Observa-se que a grande maioria afirma ter introduzido

As comissões centrais foram compostas por pessoas apaixonadas pela idéia de uma avaliação conduzida autonomamente e atormentam-se diante daquilo que consideram ser, por parte do MEC, um atropelo à evolução do PAIUB.

novos indicadores, com uma prevalência pelos de natureza quantitativa. Nos de natureza qualitativa estão “atendimento a secretarias”, “roteiros de avaliação” e “questões avaliativas”.

O programa de sensibilização foi usado por quase todas as instituições, assumindo a forma de palestras, seminários, visitas, jornais, cartazes, reuniões, dinâmicas de grupo, visitas do pró-reitor de graduação a cada unidade e “retiros”. O processo de avaliação, coerentemente com os princípios do PAIUB, caracterizou-se pela livre adesão, sem qualquer forma de incentivo, em pelo menos dez instituições. No entanto, mesmo instituições que promoveram amplos e profícuos processos de sensibilização, afirmam a necessidade de que o processo seja refeito, a fim de dar “continuidade” ao programa.

Apenas três instituições apresentaram sínteses diagnósticas redigidas. Nestas, verificou-se a preocupação em apontar os seus pontos fortes e fracos. A dificuldade para redação da síntese, na maioria dos casos, está relacionada à sua operacionalização. As subcomissões sentiram-se perdidas diante da massa de dados com que se defrontaram, seja por parte dos indicadores disponíveis, seja por parte dos instrumentos padronizados de auto-avaliação. Em reunião realizada com uma das comissões foi claramente verbalizado: “*O PAIUB deveria dizer o que fazer com isso tudo... Como relacionar estes dados...? Deveria existir uma metodologia mais clara que ensinasse o que fazer com isto tudo...*”.

Também, verificamos que o processo de reavaliação está apenas começando, e em poucas instituições, de acordo com os entrevistados. Mesmo nos casos onde foi verificada a existência de sínteses diagnósticas, a reavaliação, após a avaliação externa, não parece ser objeto de preocupação efetiva.

A composição das comissões de avaliação externa era, praticamente, no mais das vezes, estabelecida pelas comissões locais, apresentando uma forte tendência para incluírem especialistas e pesquisadores reconhecidos pelo CNPq. As diretrizes internas para sua composição indicam que deveriam ser amplas, com especialistas em currículos e/ou pedagogos, além de lideranças na área. Das que realizaram avaliação externa, apenas duas experienciaram a participação de empresários e representante de universidade privada, mas de forma isolada.

Quanto à publicização dos resultados, verificamos que apenas três universidades tinham divulgado relatórios contendo dados quantitativos relacionados ao desempenho institucional, mas, estes, não continham nenhuma análise a respeito. As demais publicaram apenas os dados setoriais. Ressalte-se que uma das instituições ainda estava processando os dados relativos ao período 1989-1994.

Os dados indicam, no que se refere à avaliação dos cursos de graduação, que o processo ainda está concentrado na avaliação interna. Apenas a instituição A praticamente concluiu o processo de avaliação externa para todos os cursos (98,65%), sendo seguida pela B, que concluiu a avaliação interna em 52% dos cursos e a externa em 30%. No caso da C o entrevistado relatou ter concluído a avaliação interna em 78% dos cursos e a avaliação externa em 25,5% dos casos. Na instituição D 94,5% teria concluído a interna e 8,1% a externa. Na E 52,2% teriam concluído a interna e 4,1% a externa.

Quando nos reportamos às questões referentes à avaliação dos currículos verificamos que, no caso da avaliação interna, a tendência dominante, e base do processo nas instituições, é analisá-los indiretamente, através da avaliação de disciplinas, que se encontra amplamente disseminada. Na medida em que os instrumentos de avaliação das disciplinas, ou de avaliação do docente pelo discente, também tratam de questões relacionadas ao currículo, bem como da integração entre as disciplinas, o pressuposto é que o currículo, de algum modo está sendo avaliado. Estes coordenadores locais reconhecem, no entanto, que esta avaliação do currículo só ocorreu quando da realização da avaliação externa, através do parecer da Comissão.

Apenas em duas instituições os entrevistados relatam ter ocorrido avaliação de departamentos. Em um dos casos afirmaram ser o Relatório de Atividades Docentes e o Sistema de Apuração de Custos os instrumentos fundamentais que foram utilizados. Porém, não encontramos nenhuma síntese dos resultados ou então um diagnóstico da situação observada. De qualquer modo nestas duas instituições considera-se que os procedimentos de avaliação de disciplinas configuram procedimentos de avaliação dos departamentos

A maioria das instituições propõe-se a avaliar os cursos de Pós-Graduação em seus projetos, no entanto, não o faz de fato, pois segundo os entrevistados, eles já são avaliados pela CAPES. Apenas em uma das instituições foi conduzida a avaliação da pós-graduação a partir da orientação do PAIUB, pois, no outro caso embora tenha afirmado sua realização, tratou-se especificamente da avaliação promovida pela CAPES.

Quanto à repercussão do processo de avaliação sobre os projetos pedagógicos, tem-se que destacar o fato de que cinco das instituições investigadas declararam não possuírem tais projetos. E, segundo os entrevistados, também não estão construindo ou formulando uma proposta neste sentido, em função do conhecimento que estão adquirindo sobre si próprias. Das seis que o possuem pelo menos três declararam que eles não mais servem como referência, muito embora tenham sido aprovados pelos conselhos superiores. As que declararam

possuir e utilizá-los como referências em suas ações, também declararam estar reformulando-os. Mas, quando os entrevistados foram solicitados a mostrar uma cópia destes projetos, para que pudéssemos verificar sua natureza, alegaram não ser possível, no momento, além de desconhecerem sua respectiva natureza.

Verificou-se, ainda, segundo as entrevistas, que sete das instituições declararam possuir algo equivalente a um plano de metas ou planejamento institucional. Entretanto, segundo os relatos, em duas dessas a avaliação está sendo encaminhada de forma dissociada do processo de planejamento e que as outras cinco instituições, as quais dispõem de instrumentos de gestão desta natureza, estariam reformulando-os em função das avaliações efetuadas. Cabe destacar que aquelas que não possuem tais planos também não apresentam indícios de que estariam a construí-los, assim como é interessante ressaltar que quatro das que os possuem não avançaram na avaliação institucional o suficiente para iniciarem procedimentos de avaliação externa dos cursos.

Do ponto de vista das correções setoriais, verifica-se que os cursos estão encaminhando processos de revisão curricular, como consequência das avaliações. No entanto, isso também está sendo efetuado por força das novas diretrizes curriculares preconizadas pela LDB e pelas exigências de Comissões para avaliação das Condições de oferta dos cursos de Graduação. A melhoria pedagógica, através de cursos para os professores, de integração ciclo básico e profissional, de mudanças em disciplinas, da revisão de critérios de jubramento e das relações universidade-empresa são outras formas de correção que vêm sendo adotadas.

Não deixa de ser surpreendente o fato de um número significativo de universidades estarem conduzindo o processo de avaliação sem que disponham de um referencial sobre como se concebem ou, então, sobre o que compreendem ser a qualidade de "seus produtos", e mesmo, de como concebem a "crise" que a instituição universitária atravessa. Vale sublinhar o fato de que aquelas que apresentaram este referencial, pelo menos em seus projetos, foram as que mais avançaram no processo de avaliação.

Discussão

Os resultados por nós obtidos, com o instrumental e procedimentos utilizados, indicam que o PAIUB implementou-se, na grande maioria das Universidades, com uma forte tendência para um padrão de configuração quantitativa e padronizada. Isso fica evidenciado pelos inúmeros relatórios contendo apenas expressões numéricas dos indicadores previstos, ou os resultados do instrumental aplicado. A ausência de diagnósticos explícitos sobre a realidade investigada, além do não

estabelecimento de relações entre as dimensões avaliadas revelou-se como outra característica.

Com relação à participação ampla da comunidade universitária, verificou-se que muito embora as Comissões tenham feito um esforço considerável desenvolvendo atividades de sensibilização, ainda não se estabeleceu uma relação de confiança, especialmente por parte dos docentes, com o PAIUB. Estes, além de temerem o que possa ser feito com os resultados, não acreditam que algo vá mudar em função da avaliação. Essa atitude de desconfiança acentua-se diante da escassez de recursos para sanar as graves deficiências de infra-estrutura com que as universidades se defrontam. E, também, pelo fato de tanto as Reitorias quanto os Conselhos superiores não se envolverem diretamente com a avaliação.

As administrações universitárias não assumem compromissos explícitos de replanejar suas ações em função dos resultados verificados no processo de avaliação, além disso, poucos suportes efetivos deram às comissões para a realização do trabalho. O apoio dado assumiu mais um caráter discursivo. Nada evidencia que estejam dispostas a repensar as práticas administrativas predominantes. Os conselhos superiores, por sua vez, manifestaram pouco interesse pelo processo, esquivando-se de com ele assumirem compromissos. Tudo se passa como se a questão central residisse no desempenho docente. A condução do processo de avaliação vê-se, assim, reduzida à liderança e empenho das comissões centrais.

As comissões centrais foram compostas por membros da comunidade universitária que aceitaram a função pelo desejo de contribuir e participar do processo, ao mesmo tempo que reconhecem a necessidade de conhecimentos mais aprofundados sobre os assuntos relacionados à avaliação. São pessoas que acreditavam e acreditam na importância da avaliação e do PAIUB. São apaixonadas pela idéia de uma avaliação conduzida autonomamente, são defensoras da instituição, crenças no potencial do Programa. Nelas se concentram a condução e efetivação do processo. São elas que garantem a sua continuidade e detêm a história do processo. Na verdade, a evolução do processo na instituição depende em muito da paixão que essas pessoas nutrem pela avaliação e pela idéia de uma avaliação autônoma, conduzida pela universidade, o PAIUB.

Tais pessoas, no entanto, atormentam-se diante daquilo que consideram ser, por parte do MEC, um atropelo à evolução do Programa, com as constantes avaliações paralelas àquelas que estão a conduzir. São atormentadas pela idéia de que tendem a ser percebidas como aqueles que fazem o "jogo" da política oficial. Inquietam-se diante da indiferença e desconfiança da comunidade, com a falta de apoio material, com a dificuldade

em institucionalizar o processo, com a dissociação de suas atividades daquelas relacionadas ao planejamento institucional, com o não saber “o que fazer” diante da massa de dados disponível. Preocupam-se com a descontinuidade decorrente da substituição automática da comissão, por força de fim de mandatos. Mesmo as comissões constituídas formalmente por professores e servidores ocupantes de cargos que automaticamente os incluem na comissão, de um modo ou de outro, convivem com estes tormentos.

Do ponto de vista das repercussões da avaliação, no que tange às mudanças relativas ao cotidiano das tarefas acadêmicas, verificamos concentrarem-se na dimensão da graduação e orientadas para processos de revisão curricular. No entanto, o caráter destas repercussões não, necessariamente, está associado ao PAIUB. Isto porque elas também têm sido induzidas pelas novas políticas emanadas do MEC, seja por força das comissões de especialistas, seja por força das recomendações da LDB.

Não se evidenciam indicações de que a avaliação em curso estaria a contribuir, de modo mais consistente, para que se “*repensem os objetivos da Universidade...*”. Até porque, não dispõe de uma referência institucional que possibilite este repensar. A ausência de uma concepção de Universidade, de uma concepção de qualidade a ser atribuída ao trabalho realizado é marca desse processo. Se não sabem o que pretendem, então, também, não têm um padrão de referência para atribuir valor àquilo que realizam.

Para a construção dos referenciais de avaliação, as IFES não podem cair na armadilha de esperar o projeto global se estabelecer. Elas têm de assumir uma postura ativa enquanto instância crítica da sociedade, procedendo a uma revisão profunda da imagem do mundo, do contexto que as cerca, das teorias educativas, dos modelos organizativos e estratégias institucionais. A configuração de mundo em emergência as obriga a aprofundar os valores que fizeram possível o surgimento e progresso da humanidade. Deste ponto de vista, podemos dizer que não se trata apenas de as IFES repensarem o PAIUB, mas de repensarem o mundo, para que possamos vislumbrar caminhos de solidariedade, de paz, de dignidade para todos os povos e segmentos sociais. Porém, para isso ocorrer, elas têm que se assumir como agente de mudanças, como uma instância de auto-realização da sociedade.

Para explicar esse caráter limitado na evolução do Programa, temos de considerar o fato de as universidades terem gastado um tempo considerável estruturando, coletando e sistematizando informações. Mas deve ainda ser considerada a ausência de uma direção para o processo avaliativo, de uma metodologia mais explícita

de análise, uma vez que o Programa foi formulado mais calcado em princípios. Esta última característica não tem possibilitado, ao que tudo indica, uma compreensão mais clara de seus objetivos e possibilidades. Torna-se necessário avançar além dos princípios e das etapas que hoje caracterizam o PAIUB. Eles são necessários, mas nada indica que estejam sendo suficientes.

Aos princípios e etapas que o caracterizam é necessário agregar uma metodologia mais estruturada que indique o que fazer com a massa de dados coletada. Nos moldes em que o PAIUB foi proposto ele tende a reduzir-se à consolidação e agregação de informações gerais e quantitativas, o que se evidencia pela ausência das sínteses diagnósticas ou de procedimentos que indiquem diagnósticos coletivos. Deste modo, acaba por não atingir seu objetivo principal, isto é promover o repensar daquelas estruturas e relações básicas da instituição, delineando procedimentos para a reformulação de objetivos institucionais.

É possível que esta forma pela qual o PAIUB vem se concretizando nas IFES objeto da amostra desta pesquisa tenha sido induzida pelos editais de financiamento e adesão. Eles priorizaram a construção de uma base de dados confiável, na medida em que todos os indicadores deveriam estar presentes nas propostas apresentadas. Esta exigência provocou, ao que tudo indica, a priorização desta base de dados em detrimento da construção de novas alternativas de avaliação e arrastando um estímulo vigoroso de incentivo à coleta de dados através de entrevistas e questionários. De qualquer forma, é possível extrair desses procedimentos informações qualitativas pertinentes. Como também é possível promover ou refazer planejamentos institucionais, dependendo da forma como os dados são colhidos.

À guisa de conclusão não podemos deixar de destacar um fato que, à luz do exposto, acabou se transformando no maior tormento do PAIUB. Estamos nos referindo ao fato dele, muito embora ter sido uma iniciativa autônoma das Universidades brasileiras, uma atitude antecipatória ao Estado no campo da avaliação, ter sido oferecido ao MEC para fins de coordenação, articulação e financiamento.

Reconhecemos a importância do apoio do MEC, dado, especialmente, a necessidade de recursos financeiros para implementar uma base de dados satisfatória, além de financiar os procedimentos de auto-avaliação e avaliação externas, num quadro de carência de recursos. Mas temos de admitir que se estava deslocando a motivação que originalmente impulsionou a construção do PAIUB, da esfera da motivação intrínseca para a esfera da motivação extrínseca, isto é, a financeira. Isso se evidencia quando verificamos uma desaceleração na condução dos processos de avaliação a partir de 1998 quando

é suspenso este financiamento, conforme inúmeros depoimentos dados em encontros regionais do PAIUB.

Ao que tudo indica a transferência da coordenação do Programa para o MEC foi um grande equívoco na condução política do processo. Se, o fato de a conjuntura política de a época permitir vislumbrar um horizonte de melhores dias para a universidade pública em nosso país, com a eleição de um presidente da república mais comprometido com a idéia de autonomia universitária, contribuiu para a decisão neste sentido é algo a ser mais bem investigado. De qualquer modo, mais do que um equívoco foi um erro político. Isso porque, além de não ter se concretizado, comprometia-se a autonomia universitária, que se queria exercer no campo da avaliação, com as injunções políticas a que estão sujeitos os órgãos de Estado e suas respectivas políticas.

Atualmente, não só o MEC suspendeu o financiamento, desacelerando a implementação do PAIUB em várias universidades, como não sinaliza sobre a importância que lhe é atribuída na implementação do Sistema de avaliação do ensino superior. Além disso, o MEC instituiu uma série de outros procedimentos de avaliação que não só concorrem com o PAIUB, mas o esvaziam. Acrescente-se a isso o fato de interferir na composição e funcionamento do Comitê Assessor.

Referências Bibliográficas

- ANDIFES. Uma proposta de Avaliação das Instituições de Ensino Superior. Documento Preliminar. Florianópolis, outubro de 1993.
- CARDOSO, M. L. Avaliação da Universidade: concepções e perspectivas. *Universidade e Sociedade*. Brasília, ANDES, 1991.
- DIAS SOBRINHO, J. Editorial. *Avaliação: revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, Ano 1, n° 1, jul. 1996, Campinas.
- LEITE, D. Avaliações e Tensões: Estado, Universidade e Sociedade na América Latina. *Avaliação*. v.2, n.º 1 (3). Campinas, mar.1997.
- LEITE, D. C. e BORDAS, M. C. Avaliação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: A qualidade da diferença e diferença da qualidade. *Educación Superior y Sociedad*. Venezuela, CRESALC/UNESCO, v.5 n.º1-2: 109-123, 1994.
- PAIUB. A experiência da Região Sul. *Avaliação*. Ano I, n.º2, Campinas, dez. 1996.
- PAIUB. COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO. Documento Básico Avaliação das Universidades Brasileiras: uma proposta nacional. Brasília, 26 de novembro de 1993.
- PALHARINI, F. A. Caderno NUPES: um novo protagonista na formulação teórica para o Ensino Superior. IN: SGUISSARDI, W. e MOROSINI, M. (orgs.) *Educação Superior em Periódicos Nacionais*. Vitória, CNPq, UFES, 1998.
- PALHARINI, F.A. **O Estado do PAIUB em universidades federais da região sul e sudeste: Tormento ou Paixão.** Tese de doutorado aprovada no programa de pós-graduação em Educação da UFF. Niterói, maio de 1999. *Mime*.
- RISTOFF, D.I. Princípios do Programa de Avaliação Institucional. *Avaliação: revista da rede de avaliação institucional da educação superior*. Ano I, n.º1, Campinas, jul. 1996.
- SANT'ANNA, H.H.N. e VERAS, N.F.M. O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB): caminhos percorridos e perspectivas futuras. *Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*. Campinas, UNICAMP, v.2, n.1(3), mar. 1997.p.53-60.
- SGUISSARDI, W. **Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da Educação Superior.** Campinas, Autores Associados, 1997.
- TRIGUEIRO, M. G. S. A avaliação Institucional nas universidades brasileiras: diagnósticos e perspectivas. Brasília, CRUB, 1998. *Mime*.
- TRINDADE, H. A Avaliação Institucional das Universidades Federais: Resistência e Construção. *Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*. Campinas, v.1, nº1, jul. 1996.